



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

de povos que tem se organizado contra a usurpação de seus direitos. Visa estimular o espírito crítico dos alunos de graduação e pós-graduação através do contato com outras realidades e agentes sociais. O que significa dizer que ocorrerá uma interação das experiências e saberes acumulados na academia com outras formas de produção de conhecimentos com concepções distintas de formas de viver e interagir com a natureza. Uma primeira versão da experiência ocorreu em 2012 e agora com esta edição 2015/2016. Este Programa já nos permitiu denunciar várias situações de usurpação de direitos, com a divulgação do Dossiê Acre: O Acre que os mercadores da natureza escondem, em 2012, durante a Rio +20 e várias comunicações apresentados em eventos nacionais e internacionais.

Palavras chave: Direitos Humanos, territoriais, povos, tradicionais

1. Introdução

A primeira versão do Programa 'Centro de Referência em Direitos Humanos na tríplice Fronteira do Brasil, Bolívia e Peru' foi executado no ano de 2012 e dado a demanda de assistência às populações tradicionais que tem tido os direitos humanos usurpados nestes últimos anos, nos motivou para reapresentá-lo novamente. Na primeira versão atendemos populações vulneráveis no estado do Acre e Amazonas, como os povos Apurinã e Jaminawá, denunciamos ao Ministério Público Estadual as condições de alojamento dos haitianos, camponeses retornados da Bolívia e camponeses atingidos pela política do manejo florestal empresarial. Em Madre de Dios trabalhamos com a FENAMAD no atendimento aos camponeses e povos originários atingidos pelas grandes obras e pela mineração.

Na Bolívia atendemos igualmente camponeses e povos originários atingidos pela construção de carreteira e usinas hidrelétricas. Elaboramos e divulgamos na Rio + 20 e no Foro Social da Panamazonia o DoSSIê Acre: o Acre que os mercadores da natureza escondem. Nesta perspectiva de demanda por parte dos movimentos sociais de um canal de interlocução com o mundo da academia re-apresentamos o programa.

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

parcela mais ampla das populações locais e que ao mesmo tempo, seja capaz de retroalimentar o debate acadêmico.

Disseminar os resultados do trabalho, por meio de publicações destinadas à comunidade acadêmica, às organizações da sociedade civil e à opinião pública em geral.

Despertar interesse na juventude para forjar novos pesquisadores e extensionistas enraizados nessa região, por meio da articulação entre a teoria e a prática e do conhecimento de novas realidades.

Oferecer cursos de extensão para a atuação de agentes comunitários no processo de diagnóstico qualitativo sobre a situação dos Direitos Humanos na comunidade. Esse diagnóstico objetiva apontar violações destes direitos no cotidiano e avaliar o impacto local de políticas públicas.

Gerar espaços de intercâmbio das experiências, conhecimentos sobre direitos humanos com Professores, alunos da Área de Ciências Sociais, geografia, Direito e turismo da UAP, UNAMAD, UNIR e UFAC.

Do ponto de vista metodológico trabalhamos com denúncias recebidas de populações atingidas por grandes obras de infraestrutura e as políticas relacionadas à economia verde, bem através de visitas à projetos envolvidos com estas ações. São objetivos desta comunicação socializar a nossa experiência com esta experiência de extensão universitária.

2. Material e Metodologia

A fronteira política é a consagração de determinadas correlações de forças políticas e tende a esconder o front (a disputa) que a engendrou. Estas são definidas como estruturas espaciais elementares, de forma linear, com função de descontinuidade geopolítica entre os Estados-nações, com função de ser referência do exercício de soberania e referências simbólicas, as quais remetem ao sentimento de pertencimento a uma comunidade política inscrita em um território próprio (FOUCHER, 1991).

Além de ser vista como marcos das divisões político-administrativas entre Estados, a fronteira política é também zona de interação, como parte constitutiva da vida regional

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

transfronteiriça. A mesma distingue os territórios estatais, mas não os torna estanques, na medida em que fluxos de pessoas, objetos e informações cruzam constantemente o limite territorial. Nesse sentido a população da fronteira desenvolve práticas que se especializam e apresentam semelhanças em ambos os lados da linha, o que pode ser entendido como a formação de uma região: a região fronteiriça. Nesta compreensão, a noção de faixa de fronteira que são os limites territoriais do poder do Estado é ampliada para zona de fronteira, que é o espaço de interação entre os países composta por diferenças oriundas da presença do limite internacional e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialidade mais evoluída é a das cidades-gêmeas (HAESBAERT, 1998).

A região fronteiriça é formada pelas práticas ligadas à existência da fronteira, e nesse caso a fronteira aparece como precursora de integração. Em lugar de zonas de separação, as regiões fronteiriças são pontos de convergência, e nesse sentido o contínuo geográfico é tomado como uma oportunidade para incrementar fluxos comerciais e de serviços.

A territorialidade fronteiriça aparece 'constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade', o que significa afirmar que as relações dos sujeitos com seu território são também definidas pelas relações - materiais ou simbólicas - que desenvolvem com os territórios externos (HAESBAERT, 2002: 161).

Na tríplice fronteira formada pelo estado do Acre (Brasil), Departamento de Pando (Bolívia) e departamento de Madre de Dios (Peru) o atual limite internacional se consolidou historicamente sobre territórios ancestrais de diversos grupos indígenas. E a faixa da tríplice fronteira é habitada imemorialmente por diferentes povos indígenas e há pouco mais de um século por seringueiros de origem nordestina.

Ao longo destes mais de cem anos houve uma 'livre' mobilidade transfronteiriça dos grupos indígenas e população cabocla em função de antigos laços de parentesco, redes de trocas, ou presença do mesmo grupo étnico-cultural (AQUINO, 2008). Houve também uma forte migração de seringueiros do Acre, que 'expulsos' pela frente agropecuária nas décadas de 1970 e 1980, partiram para as matas da Bolívia para 'cortar seringa'. A fronteira neste caso adquire um significado de mobilidade. Mobilidades estas que se processam de acordo com as conjunturas históricas e as dinâmicas econômicas.

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Durante décadas a fronteira formada entre estes três países pouco chamou a atenção dos respectivos governos centrais. Destaque para essa questão foi à iniciativa do governo peruano de criar zonas de colonização, do governo boliviano de potencializar as cidades de livre comércio na faixa fronteiriça e do governo brasileiro de transformar a faixa fronteiriça em áreas de segurança nacional.

Porém na atualidade vários eventos mostram sua importância estratégica e geográfica, entre eles, projetos públicos e privados de integração sul-americana, e novas políticas desencadeadas pelos três governos.

O 'isolamento' dessa região fronteiriça dos seus respectivos centros políticos é uma marca histórica na estruturação territorial da fronteira entre os três países. Mas, hoje a região amazônica se configura como a última fronteira para a expansão do capitalismo transnacional. O que foi em século anterior considerada como região 'inóspita', como 'vazio demográfico', como 'reserva da biodiversidade' e como 'reguladora do clima' do planeta, hoje aparece como objeto de desejo de grandes grupos econômicos de capitais sediados nos EUA, China e Europa. Na atualidade não é a borracha natural que está sendo disputada, mas outras fontes de matéria-prima existentes no subsolo e na biodiversidade da floresta tropical (PAULA, 2008).

A fronteira que no passado não recebeu muitas iniciativas do poder público, hoje se configura como constitutiva das políticas regionais. Dado a importância do fortalecimento dos blocos regionais para sua inserção competitiva no mercado global, as fronteiras passaram a desempenhar papel estratégico para o desenvolvimento, dado que, em função de características comuns e necessidades de desenvolvimento articulado, configuram-se como pontos estratégicos para catalisação e fortalecimento da integração dos países (GADELHA, 2005).

Globalização, políticas neoliberais, segurança global, essas são realidades que estão acentuando a exclusão, em suas diferentes formas e manifestações. No entanto, não afetam, igualmente, a todos os grupos sociais e culturais, nem a todos os países e, dentro de cada país, às diferentes regiões e pessoas.

São os considerados 'diferentes', aqueles que, por suas características sociais e/ou étnicas, por serem pessoas com 'necessidades especiais', por não se adequarem a uma

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização



Patrocínio



Apoio





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

sociedade cada vez mais marcada pela competitividade e pela lógica do mercado, os 'perdedores', os 'descartáveis', que vêm, a cada dia, negado o seu 'direito a ter direitos'. (ARENDDT, 1997).

Nele temos de buscar, no meio de tensões, contradições e conflitos, caminhos de afirmação de uma cultura dos Direitos Humanos, que penetre todas as práticas sociais e seja capaz de favorecer processos de democratização, de articular a afirmação dos direitos fundamentais de cada pessoa e grupo sócio-cultural, de modo especial os direitos sociais e econômicos, com o reconhecimento dos direitos à diferença. O Centro de Referência em Direitos Humanos na Fronteira Trinacional Brasil, Bolívia e Peru adota como estratégia de intervenção na realidade acima apresentada a criação de um observatório sem fronteiras. Os observatórios levantam informações qualitativas sobre a situação dos Direitos Humanos de comunidades afetadas por problemas sociais como a violência, a partir do ponto de vista das populações tradicionais da região e estudantes de graduação de universidades dos três países. Para tanto, formaram-se grupos que, acompanhados por pesquisadores, são capacitados neste tema e, ao mesmo tempo, realizam a pesquisa, divulgando os resultados entre outros moradores e para a opinião pública.

Um dos desafios da extensão universitária é desenvolver metodologias e procedimentos inerentes à sua natureza, cuja especificidade difere da pesquisa e do ensino. Portanto, as ações do Centro de Referência em Direitos Humanos e Territoriais são planejadas e estruturadas à paradigmas próprios do fazer extensionista, de modo que os objetivos do programa guardem adequada sinergia.

As ações estão estruturadas em metas complementares, listadas a seguir:

Meta 01 - Manutenção do Observatório de Direitos Humanos na Fronteira Brasil-Bolívia-Peru.

Através da atualização de informações, via populações atingidas e também via pesquisa nos sites dos movimentos e organizações. Nas reuniões, encontros e pesquisas o grupo de trabalho multidisciplinar de estudantes de graduação, pós-graduação, docentes e representantes de organizações da sociedade civil dão continuidade a atualização do Observatório estabelecendo uma noção comum sobre o que é e como se dá o processo de observação dos direitos humanos e territoriais no cotidiano. A grande meta é concluir o

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

documentário denominado 'Capitalismo Verde e Direitos Humanos e Territoriais na Fronteira', que fará uma síntese dos resultados do Programa.

Ação 1.1 - Levantamento de informações sobre violação de direitos humanos e territoriais nos 3 países e, elaboração e divulgação de pareceres.

Através de técnicas à Riberalta e Guayamerin/Beni, Cobija/Pando, Puerto Maldonado-Madre de Dios e nos estados do Acre e Rondônia é feito o levantamento de informações sobre a conjuntura política e o marco legal dos direitos humanos em cada país e em cada Estado. Em reuniões do Observatório são elaborados pareceres de análise sobre as informações encontradas.

Os pareceres são publicados como informativos e utilizados nos Cursos de Extensão em Direitos Humanos e Territoriais para populações tradicionais e organizações da sociedade civil. Os bolsistas do projeto são capacitados tanto em Direitos Humanos e territoriais quanto em técnicas para levantamento de informações, de forma mais intensa nos três primeiros meses de trabalho do ano de 2015.

Ação 1.2 - Visitas às organizações da sociedade civil, movimentos sociais e órgãos públicos em Rio Branco, Guajará-Mirim, Cobija, Riberalta e Puerto Maldonado para diagnóstico sobre a temática dos direitos humanos e abertura de um canal de comunicação para o recebimento de denúncias.

Elaboração de forma gradativa de um diagnóstico sobre os direitos humanos na região fronteiriça Madre de Dios, Acre, Rondônia e Pando, a partir de uma noção que aprofunde o conhecimento sobre o contexto vivido, tanto das populações tradicionais quanto dos interlocutores deste trabalho.

Nas reuniões mensais de estudo, planejamento e avaliação são com referências bibliográficas para discussão, orientações para entrevistas e elaboração de um mapa mental que representa os sujeitos sociais importantes para o levantamento das informações e para o envolvimento nas ações do projeto.

Meta 02 - Capacitação de agentes populares da sociedade civil em Direitos Humanos.

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Ação 2.1 - Realização de Cursos de Extensão sobre Direitos Humanos para representantes de organizações da sociedade civil e movimentos sociais em Cobija/Pando, Puerto Maldonado/Peru Guajará Mirim/Rondônia e Rio Branco/Acre.

A partir do diagnóstico são escolhidas as comunidades tradicionais junto às quais são oferecidos cursos de extensão, que consistem em atividades-chave no Programa. O centro de referência em direitos humanos procura debater a percepção dos direitos humanos na comunidade a partir do olhar de cada participante, por meio da prática da observação, seja na reflexão sobre a sua própria experiência de vida no cotidiano local, seja no registro de depoimentos alheios, ultrapassando uma visão formal do direito ou da problemática local.

A seguir, debate-se sobre a conjuntura política dos direitos humanos com a apresentação das informações obtidas no diagnóstico e falas de representantes de cada unidade administrativa. A partir da articulação entre as escalas local, regional, nacional e internacional, são formuladas propostas de incidência política e de ações conjuntas entre organizações da sociedade civil.

Ação 2.2 - Mapeamento das áreas de tensões entre populações tradicionais e grandes obras.

Este espaço serve também para o levantamento de informações qualitativas nas comunidades acerca dos impactos das grandes obras de infraestrutura. A observação se volta para a descrição das violações de direitos humanos e para a avaliação do impacto de políticas públicas no âmbito local.

Meta 03 - Desenvolvimento de ações em rede sobre 'Direitos Humanos na Fronteira' entre universidades, representantes da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil, Peru e Bolívia.

A cada etapa do trabalho, o grupo de trabalho da UFAC fomenta a troca de informações entre as organizações envolvidas. Assim, são elaborados boletins informativos para divulgação nas três universidades.

Ação 3.1 - Realização de eventos acadêmico 'Espaços de Diálogos sobre Direitos Humanos e Territoriais' em Cobija-Bolivia, em Puerto Maldonado-Peru, em Rio Branco, em Riberalta e, em Guajará-Mirim.

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Os eventos já realizados foram outubro de 2016 (em Cobija) e Puerto Maldonado, em novembro de 2016 Guajará Mirim e Riberalta e, dezembro de 2016 em Rio Branco. Cada evento tem carga horária de 30h e a participação de 100 inscritos dos três países, entre estudantes de graduação e pós-graduação, docentes, representantes de organizações da sociedade civil, organizações sindicais, movimentos sociais e grupos comunitários. A programação prevê a participação de representantes de órgãos governamentais federais centrais dos três países, com foco no debate do marco legal e das políticas públicas.

Ação 3.4 - Apresentação do Observatório de Direitos Humanos e territoriais em eventos científicos, como o Encontro Nacional de Geógrafos e Foro Social da panamazonia.

3. Resultados e Discussões

1 – Resultados dos trabalhos, por meio de publicações destinadas à comunidade acadêmica, às organizações da sociedade civil e à opinião pública em geral:

Em parceria com o Conselho Indigenista Missionário-CIMI foi produzido um documento especial para a cúpula dos povos, ocorrida durante a RIO + 20, intitulado o 'Dossiê Acre: O Acre que os Mecantilizadores da Natureza E\$condem'. O Dossiê Acre revela – por meio de cinco textos e uma entrevista com a presidente do STR de Xapuri Dercy Teles – chocantes detalhes da vida dentro das florestas acrianas, das represálias que seus moradores sofrem por parte de órgãos ambientais, do sofrimento de comunidades indígenas que não tem voz para denunciar a invasão de suas terras e os descasos de saúde e educação nas suas comunidades.

Foi produzido também o texto sobre Pagamentos por Serviços Ambientais na tríplice fronteira intitulado: 'O conflito está no ar: Povos da Floresta e espoliação sob o capitalismo verde' apresentado no GT03 - 'Conflitos ambientais, terra e território: estratégias de resistência e construção de direitos' apresentado no 36º Encontro Anual da Anpocs. O artigo deste GT foi aprovado para ser publicado em um Dossiê sobre Justiça Ambiental na Revista Estudos de Sociologia - ISSN 1414-0144.

Dado a problemática por que passam os haitianos na tríplice fronteira participamos na ANPOCS de uma Mesa Redonda intitulada 'Desdobramentos de uma tragédia: da crise

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

humanitária no Haiti à crise dos haitianos e demais desterritorializados no Brasil' com o tema: ENTRE DESASTRES E TRANSGRESSÕES, a chegada dos imigrantes haitianos no “reino deste mundo amazônico”.

Elaboramos e aprovamos no VI Foro Social Pan Amazonico a carta "Espacios de dialogos en derechos territoriales en la frontera trinacional de Brasil, Bolívia Y Perú'.

2 - Observatório criado com participação da UAP, Federação Campesina de Madre de Dios, UFAC e Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri-AC.

3 - Participamos de duas mesas-redondas durante o VI FORO SOCIAL PAN AMAZONICO: 01 - EJE III - Defensa y ejercicio pleno de los derechos en la Pan-Amazonía Tema: El derecho a ciudad en la Pan-Amazonía (Maria de Jesus Morais). Tema: ENTRE DESASTRES E TRANSGRESSÕES, a chegada dos imigrantes haitianos no “reino deste mundo amazônico” (Elder Andrade de Paula).

Participamos também do SEMINÁRIO NACIONAL: FORMAS DE MATAR, DE MORRER E DE RESISTIR: limites da resolução negociada dos conflitos ambientais e a garantia dos direitos humanos e difusos (Maria de Jesus Morais), no qual assinamos a carta de Belo Horizonte.

Realizamos na cidade de Cobija (Pando-Bolívia) o Seminário - Espaço de Diálogos em Direitos Territoriais na Fronteira Trinacional do Brasil, Bolívia e Peru, no qual foram envolvidos: discentes do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e dos cursos de graduação em Geografia e Ciências Sociais da UFAC; lideranças indígenas do Acre e Peru; ONGs: CIMIAO, COMIN, Federação Campesina, Universidad Amazonica del Pando, Universidad Nacional Amazonica Madre de Dios.

4 - Envolvimento dos discentes e lideranças dos movimentos sociais em discussões e participação de eventos. Tais como: Viagens de campo à Pando e Madre de Dios. Oficinas sobre direitos territoriais com o Povo Indígena Apurinã, Oficina sobre direitos territoriais com camponeses acreanos retornados da Bolívia. Participação do Abril Indígena: Vozes da Aldeia em 2012.

5 - Oficinas sobre direitos territoriais:

1 - Assentamento de camponeses na Fazenda Redenção. Os camponeses são brasileiros e por não ter acesso a terra no Acre ocuparam uma área situada às margens da

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

BR 317 (denominada Rodovia inter-oceânica) no trecho entre os municípios de Capixaba e Brasília. Essa área havia sido recentemente desapropriada pelo INCRA para fins de assentamento dos camponeses brasileiros que vivem na faixa de fronteira do departamento de Pando-Bolívia.

Dados os conflitos e suas repercussões na opinião pública regional e nacional, o governo brasileiro decidiu “amenizar” o problema incluindo os retornados nas políticas de assentamento do INCRA. E criou-se outro problema: os trabalhadores sem terra do lado brasileiro que aguardam há tempos um lote de terras sentiram-se preteridos e decidiram ocupar a área. Intransigente nas negociações, o INCRA deu um ultimato para desocuparem a área e se o prazo não fosse cumprido seria utilizado a força policial. Sob estas circunstâncias solicitaram apoio da CPT e o convite para o Programa participar de uma oficina. Neste caso ficou bastante evidente a gravidade das transgressões dos direitos humanos, sobretudo no que no diz respeito aqueles ligados ao acesso e uso da terra e território.

2 - Oficina sobre IIRSA E O MERCADO DE CARBONO NAS COMUNIDADES INDÍGENAS, realizada na Terra Indígena Kamicuã, em março de 2012, na qual participaram 75 pessoas. O Objetivo desta Oficina foi trabalhar com o povo Apurinã assessorando-o para conhecimento dos efeitos destrutivos do Programa Pagamento por Serviços Ambientais em comunidades tradicionais e apresentação de dados do que já vem ocorrendo em comunidades tradicionais em Madre de Dios, Pando, Acre e Rondônia.

Oficina Vozes da Aldeia, durante o Abril Indígena: os povos indígenas da Amazônia Ocidental, como: Apurinã, Jamamadi, Machinery, Huni kui, Apolina-Arara, Nukini, Nawa, Jaminawa; em parceria com COMIN, CIMI, FEPHAC e UFAC, realizaram o evento, a fim de apresentar para a sociedade envolvente, e em especial ao público acadêmico a real situação em que vivem esses povos hoje, tendo em vista do discurso que o governo em especial, o do Acre, apresenta para o Brasil e para o mundo como um modelo em educação, saúde e terras demarcadas para os povos indígenas.

Esta Oficina culminou com uma Marcha dos Povos e ocupação da FUNAI-AC.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização



Parceria



Apoio





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Oficina com os bolsistas do Programa sobre o avanço do capitalismo verde e a usurpação dos direitos humanos e territoriais. Oficina em Pando com discentes e professores das três universidades e lideranças comunitárias dos três países.

6 - Seminário Espaços de Diálogos em Direitos Territoriais na Fronteira Trinacional do Brasil, Bolívia e Peru que culminou com a aprovação da Carta do Programa aprovada no VI Foro.

4. Conclusão

Está explícito na proposta o cumprimento ao preceito da indissociabilidade extensão, ensino e pesquisa, caracterizada pela integração da ação desenvolvida à formação acadêmica; pela produção e difusão de novos conhecimentos por meio de publicações, monografias e dissertações; e pela formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento regional e nacional, protagonizadas por diversos atores sociais de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais da fronteira trinacional.

As atividades de extensão possuem vinculação com os componentes curriculares dos cursos de graduação envolvidos e com a pós-graduação em Desenvolvimento Regional. A concessão de bolsas de extensão e a atribuição de créditos acadêmicos contribuirão para a qualidade da formação do estudante - técnico-científica, pessoal e social, conforme prevê o Projeto Político Pedagógico do Curso de Geografia e o PDI da UFAC. As temáticas em Direitos Humanos abordadas nos intercâmbios entre as Universidades serão articuladas com os componentes curriculares das disciplinas 'Estado e Desenvolvimento', 'Teoria do campesinato', 'História Econômica e Social da Amazônia' e 'Território e Fronteira', na pós-graduação, e 'Geografia da População', 'Geografia Agrária', 'Geografia e História da Amazônia' na graduação. A formação do Centro de Referência em Direitos Humanos da Fronteira Brasil-Bolívia-Peru promoverá a interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, oriundos das várias disciplinas e áreas do conhecimento, buscando consistência teórica e operacional que estrutura o trabalho dos atores do processo de intervenção da extensão na realidade social.

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

HAESBAERT, Rogério. Região e Redes Transfronteiriças em Áreas de Migração Brasileira nos Vizinhos do Mercosul. Porto Alegre, AGB-seção Porto Alegre: 1998.

MORAIS, Maria de Jesus; SILVA, D. C.; MANCHINERI, A. S. S.; ESPÍNDOLA, M. S. Fronteiras e Mobilidade territorial: trajetórias de famílias seringueiras na região fronteiriça do Acre, BR, Pando, BOL, e Madre de Dios, PE. In: Marilina Conceição Oliveira B. S. Pinto, Maria de Jesus Moraes, Jacob Carlos Lima. (Org.). Processos de Territorialização e Identidade (volume II). 1ed. São Carlos: RiMa editora, 2012, v. 1, p. 21-48. ISBN 9788

PAULA, Elder Andrade de. Sociedade Civil internacional e meio ambiente na Amazônia: um estudo do MAP na fronteira trinacional Peru/Brasil/Bolívia. México: Observatório Latinoamericano de Geopolítica: 2008.

PAULA, Elder Andrade de; MORAIS, Maria de Jesus. O conflito está no ar: Povos da Floresta e espoliação sob o capitalismo verde. In: 36º Encontro Anual da Anpocs, 2012, Águas de Lindoia. Anais do 36º Encontro Anual da Anpocs. São Paulo, 2012. ISBN 21768064

PAULA, Elder Andrade de. ENTRE DESASTRES E TRANSGRESSÕES, a chegada dos imigrantes haitianos no 'reino deste mundo amazônico'. In: Anais do 36º Encontro Anual da Anpocs. Águas de Lindoia-SP: CD-ANPOCS, 2012. PAULA, Elder Andrade de. La doble cara de la destrucción de los bosques tropicales en America latina y el Caribe: las revelaciones de la economia verde en Acre. Biodiversidad, sustento y culturas compendio especial, v. 01, p. 13-29, 2012.

PAULA, Elder Andrade de; VALENCIO, Norma; MORAIS, Maria de J. FRONTEIRAS AMAZÔNICAS E OS FOCOS DE CALOR , o que as fumaças ocultam e revelam?. In: PINTO, M. C. O. B. S & MORAIS, Maria de Jesus. & LIMA, Jacob Carlos (Orgs). (Org.). Processos de Territorialização e Identidade (Volume II). 01 ed. São Carlos: Rima, 2012, v. , p. 07-34. ISBN 9788576562405

PAULA, Elder Andrade de & MORAIS, Maria de Jesus. O conflito está no ar: Povos da Floresta e espoliação sob o capitalismo verde. In: Revista Estudos de Sociologia. Araraquara-SP: RES, 2013.

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

VALENCIO, Norma; PAULA, Elder Andrade de; SCOPINHO, Rosemere. Entre controvérsias, tensões e restrições: desafios de processos de territorialização de grupos sociais vulnerabilizados em contextos socioambientais distintos. In: VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 2012, Belém. Anais do VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 2012. (576562405)

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização



Patrocínio



adop

UFMG



Apoio

GO GERDAU



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

